

**N. F. Nº** - 128984.0367/21-0  
**NOTIFICADO** - MEGA THORRA DISTRIBUIDORA LTDA  
**NOTIFICANTE** - RUI ALVES DE AMORIM  
**ORIGEM** - DAT NORTE INFAZ VALE DO SÃO FRANCISCO  
**PUBLICAÇÃO** - INTERNET - 03.06.2022

**6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

**ACÓRDÃO 0093-06/22NF-VD**

**EMENTA:** ICMS ANTECIPAÇÃO PARCIAL. FALTA DE RECOLHIMENTO. TRÂNSITO MERCADORIAS. Contribuinte comprovou que as mercadorias se destinavam a depósito fechado, sem o intuito de comercialização, não se aplicando o que estabelece o art.12-A da Lei 7.014/96. Infração insubsistente. Instância única. Notificação Fiscal **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

Trata-se de Notificação Fiscal, lavrada em 08/11/2021, no Posto Fiscal Benito Gama, em que é exigido o ICMS no valor de R\$16.340,13, multa de 60% no valor de R\$9.804,08, perfazendo um total de R\$26.144,21, pelo cometimento da seguinte infração.

Infração **01 - 54.05.08** - Falta de recolhimento do ICMS referente à antecipação tributária parcial, antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra unidade da Federação, por contribuinte que não preencha os requisitos previstos na legislação fiscal.

**Enquadramento Legal:** Alínea “b” do inciso III do art. 332 do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 13.780/12, c/c art. 12-A, inciso III do art.23, art. 32 e art. 40 da Lei 7.014/96.

Multa prevista no art.42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96.

Consta anexado ao processo: i) Termo de Ocorrência Fiscal nº 4414521108/21-4 (fl. 4); ii) cópia do DANFE nº 249.803 (fls.6/9); iii) cópia do DACTE nº 2.714 (fl.10); iv) Cópia da consulta ao cadastro de Contribuinte (fl.12); v) Cópia do documento do veículo e CNH do motorista (fls.14/15).

O Notificado apresenta peça defensiva através de advogado com anexos, às fls. 24/111, falando inicialmente da sua tempestividade, requerendo que a impugnação seja recebida pelo órgão julgador em seu efeito suspensivo conforme prevê o art.151, III do CTN, para em seguida fazer um relato dos fatos que ocasionaram a lavratura da Notificação Fiscal.

Diz que, no exercício de suas atividades, a Impugnante constituiu filial (um depósito fechado localizado em Juazeiro, Estado da Bahia) e matriz (localizada na cidade de Patos, Estado da Paraíba), para melhor administrar seus negócios, notadamente no que diz respeito à logística de suas atividades, registrada sob nº 32.111.581/0002-06.

Explica que as Notas Fiscais de venda e remessa de mercadorias emitidas pelo fornecedor (TEKA) e sua respectiva Nota Fiscal de remessa simbólica de mercadoria armazenada em depósito fechado emitida pela impugnante são as seguintes: Nota Fiscal de venda emitida pela empresa TEKA para a matriz, localizada em Patos-PB de nº 249.804; Nota Fiscal emitida pela TEKA para depósito fechado (filial), localizado em Juazeiro-BA de nº 249.803; como a mercadoria precisa ser armazenada temporariamente no seu depósito fechado em Juazeiro-BA, a empresa matriz emitiu uma Nota Fiscal de remessa simbólica de nº 13.128. O imposto foi destacado na Nota Fiscal de venda, quando ocorreu o fato gerador, as Notas Fiscais de remessa não têm destaque de imposto.

Informa que o fato gerador do ICMS não se restringe apenas “à circulação de mercadorias” sendo imprescindível para sua caracterização a circulação jurídica, com a transferência de propriedade do bem. Se não houver essa transferência de titularidade do bem, ocorrerá apenas o deslocamento físico deste, o que não realiza o fato gerador do ICMS.

Esclarece que, depósito fechado não realiza nenhuma operação comercial, logo, é impossível haver incidência do ICMS ante a inexistência de prática do fato gerador, além disso, a remessa de mercadoria da matriz para filial – Depósito Fechado, não incide ICMS.

Pleiteia o peticionário pelo recebimento do presente recurso administrativo, bem como todos os seus documentos anexados, já declarados como autênticos por seus casuísticos subscritos, contando com a coerência, razoabilidade e bom senso de Vossa Senhoria, requer:

- 1) Seja aceito o presente recurso sob efeito suspensivo, por força do art.151, III do Código Tributário Nacional;
- 2) Seja julgada improcedente a notificação, anulando o crédito tributário lançado, e seus acessórios, uma vez que houve apenas o recebimento da mercadoria por ordem da matriz, sendo a filial um depósito fechado destinado apenas à armazenagem de mercadorias da matriz, não tendo realizado operação comercial.

Não consta Informação Fiscal no processo.

É o relatório.

#### VOTO

A Notificação Fiscal foi lavrada com o objetivo de cobrar o ICMS da antecipação parcial das mercadorias constante no DANFE nº 249.803 (fls.6/9) como está descrito no corpo da Notificação Fiscal.

Decorre da aquisição em outra unidade da Federação de mercadorias para comercialização, sem o pagamento da antecipação parcial estabelecido no artigo 12-A da Lei 7.014/96, antes da entrada no Estado da Bahia por contribuinte que não atendia ao estabelecido nos incisos III e IV, § 2º do art. 332 do RICMS-BA/12, para poder usufruir do prazo regulamentar para pagamento da obrigação tributária.

*Art. 12-A. Nas aquisições interestaduais de mercadorias para fins de comercialização, será exigida antecipação parcial do imposto, a ser efetuada pelo próprio adquirente, independentemente do regime de apuração adotado, mediante a aplicação da alíquota interna sobre a base de cálculo prevista no inciso III do art. 23, deduzido o valor do imposto destacado no documento fiscal de aquisição.*

*Art. 332. O recolhimento do ICMS será feito:*

*(...)*

*III – antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra unidade da Federação ou do exterior, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo:*

*b) não enquadrados no regime de substituição tributária por antecipação e destinadas à comercialização, relativamente à antecipação parcial do ICMS:*

*(...)*

*§ 2º O contribuinte regularmente inscrito no Cadastro de Contribuinte do ICMS do Estado da Bahia - CAD-ICMS, que preencha cumulativamente os requisitos indicados a seguir, poderá efetuar o recolhimento do imposto por antecipação de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” e o item 2 da alínea “g” do inciso III do caput deste artigo, até o dia 25 do mês subsequente ao da data de emissão do MDF-e vinculado ao documento fiscal, exceto em relação às operações de importação de combustíveis derivados de petróleo e as operações com açúcar, farinha de trigo, mistura de farinha de trigo, trigo em grãos, charque, jerked beef, enchidos (embutidos) e produtos comestíveis resultantes do abate de aves e gado bovino, bufalino, suíno, caprino e ovino:*

*I - possua estabelecimento em atividade no Estado da Bahia há mais de 06 meses e já tenha adquirido mercadoria de outra unidade da Federação;*

*II - não possua débito inscrito em Dívida Ativa, a menos que a sua exigibilidade esteja suspensa;*

A Notificada na sua defesa solicita a improcedência da Notificação Fiscal informa que não cabe cobrança do ICMS antecipação parcial, que as Notas Fiscais de venda e remessa de mercadorias emitidas pelo fornecedor (TEKA) e sua respectiva Nota Fiscal de remessa simbólica de mercadoria armazenada em depósito fechado emitida pela impugnante são as seguintes: Nota Fiscal de venda emitida pela empresa TEKA para a matriz, localizada em Patos-PB de nº 249.804;

Nota Fiscal emitida pela TEKA para depósito fechado (filial), localizado em Juazeiro-BA de nº 249.803, a empresa matriz emitiu também uma Nota Fiscal de remessa simbólica de nº 13.128. O imposto foi destacado na Nota Fiscal de venda, quando ocorreu o fato gerador, as Notas Fiscais de remessa não têm destaque de imposto. Que a Nota Fiscal nº 249.803 que motivou a ação fiscal, de remessa para depósito fechado, foi emitida pelo fornecedor por ordem da Notificada, para ficasse na sua filial (depósito fechado) localizado em Juazeiro-BA. Informa também que depósito fechado não realiza transações comerciais se limitando apenas ao armazenamento e que não incide ICMS na entrada e saída.

Compulsando a documentação anexa ao processo, em especial os DANFES nº 249.803, anexada ao processo pelo Notificante, e a de nº 249.804 anexada pela Notificada, elas nos apresentam as seguintes informações: i) A Nota Fiscal nº 249.803 que foi emitida para dar trânsito às mercadorias está com o CFOP 6923 – Remessa de mercadorias por conta e ordem de terceiros, sem destaque do ICMS, e com a seguinte observação nas informações complementares “Remessa por venda e ordem de: Mega Thorra Distribuidora LTDA, END: Rod. BR 361, SN CNPJ: 032.111.581/0001-5, INS: 163345015. Mercadoria faturada pela nossa NF nº 249.804 de 28/10/2021”; ii) A Nota Fiscal nº 249.804 foi emitida com o CFOP 6118 - Venda prod. Estabelecimento entrega a ordem, com destaque do ICMS e faturado para a empresa Mega Thorra Distribuidora LTDA, END: Rod. BR 361, SN CNPJ: 032.111.581/0001-5, INS: 163345015; iii) A leitura das referidas Notas Fiscais nos apresenta o entendimento, de que o fornecedor TEKA emitiu a Nota Fiscal nº 249.804 vendendo as mercadorias com destaque do ICMS, para a empresa Mega Thorra localizada em Patos-PB, e emitiu a Nota Fiscal nº 249.803 de remessa por ordem e conta de terceiro, mediante autorização da empresa compradora da mercadoria, para depósito fechado localizado em Juazeiro-BA.

Em consulta ao INC - Informações do Contribuinte, verifico que a empresa notificada tem inscrição ativa no cadastro da SEFAZ de nº 162.936.449 com a seguinte Atividade Econômica Principal: 4641901- Comércio atacadista de tecidos, com tipo de unidade: Depósito Fechado.

O tipo de unidade da empresa cadastrada na SEFAZ está perfeitamente compatível com o CFOP e as informações constantes na nº 249.803, demonstrando que a mercadoria está efetivamente destinada para o seu depósito e não para comercialização, não podendo ser aplicado o que estabelece o art.12-A para a cobrança da antecipação parcial.

Desta forma, entendo que a Notificada comprova na sua defesa que não cabe a cobrança do ICMS antecipação parcial, como estabelecido no art. 12-A da Lei 7.014/96, sobre as mercadorias constantes na Nota Fiscal nº 249.803, por se tratar de uma remessa para depósito fechado que não tem o intuito de comercialização.

Diante do exposto, acolho as argumentações defensivas e resolvo julgar IMPROCEDENTE a Notificação Fiscal.

#### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE**, em instância ÚNICA, a Notificação Fiscal nº **128984.0367/21-0**, lavrada contra **MEGA THORRA DISTRIBUIDORA LTDA**.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 26 de abril de 2022

PAULO DANILO REIS LOPES – PRESIDENTE/JULGADOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS – JULGADOR

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO - RELATOR